

## Os que Morrem na Infância: são todos salvos? Uma Avaliação Teológico-Confessional Reformada

João Alves dos Santos\*

### Introdução

O futuro eterno dos que morrem na infância sempre foi motivo de preocupação para os pais, assim como de controvérsia para os teólogos. A preocupação dos pais se explica por razões afetivas e sentimentais, e a dos teólogos, pela escassez de informações bíblicas sobre o assunto.

Um fato que impressiona, todavia, é a constatação de que um grande número de reconhecidos teólogos reformados que tratam do assunto, para não citar os de outras convicções, afastam-se da linha consistente e lógica que caracteriza o sistema de doutrina calvinista para enveredar, nesse ponto, pelos caminhos da especulação e de argumentos que são mais próprios da linha arminiana de pensamento. Teólogos como Charles Hodge, A.A. Hodge e J. Oliver Buswell, por exemplo, acreditam que todas as crianças que morrem na infância são salvas.<sup>1</sup> A própria Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos, no início do século XX, anexou à *Confissão de Fé de Westminster* uma declaração explicativa na qual, em referência ao capítulo X, seção 3 (que trata do modo de salvação dos eleitos que são incapazes de serem chamados pela vocação eficaz — a saber, os que morrem na infância e os mentalmente incapazes), afirma o seguinte: "... Em referência ao capítulo X, seção 3, da *Confissão de Fé*, não se deve pensar, por causa da linguagem ali empregada, que os que morrem na infância se percam. Cremos que todos esses estão incluídos na eleição da graça e são regenerados e salvos por Cristo, mediante o Espírito que opera quando, onde e como quer."<sup>2</sup> Nosso propósito é examinar a questão à luz da Bíblia e do raciocínio lógico, que caracteriza o sistema reformado de doutrina, para verificarmos se é legítimo acreditar que todas as pessoas que morrem na infância são salvas.<sup>3</sup>

### I. A BASE BÍBLICA QUANTO À SALVAÇÃO DAS CRIANÇAS

A Bíblia não distingue entre adultos e crianças quanto ao assunto da salvação. Se uns e outros são salvos, o são com base na mesma obra meritória e redentora de Cristo. Vejamos o que as Escrituras dizem sobre o assunto:

A. As crianças não são salvas por inocência, pois encontram-se todas debaixo do pecado e, portanto, estão condenadas e perdidas.

A Bíblia não reconhece a teoria pelagiana segundo a qual todos nascem na mesma condição de Adão antes da queda, isto é, sem pecado. Segundo essa teoria, as crianças não precisam da obra expiatória de Cristo, nem da regeneração do Espírito. Somente quando atingem a idade do raciocínio e praticam pecados conscientes (atuais), passam a ser pecadoras. Pelo contrário, as Escrituras ensinam que:

1. **Todas as pessoas, sem exceção, são pecadoras e culpadas:** "Todos se extraviaram e juntamente se corromperam: não há quem faça o bem, não há nem um sequer" (Sl 14.3); "... pois já temos demonstrado que todos, tanto judeus como gregos,

estão debaixo do pecado; como está escrito: não há justo, nem sequer um..." (Rm 3.9-10).

**2. Todas as pessoas já nascem em estado de pecado e, portanto, sob a ira e condenação de Deus.** "Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe" (Sl 52.5); "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram" (Rm 5.12); "... e éramos por natureza filhos da ira, como também os demais" (Ef 2.3b). Todos pecaram em Adão por ser ele cabeça e representante da raça humana. A primeira transgressão foi uma transgressão de todos nós, grandes e pequenos. Há uma solidariedade inescapável da raça humana, na questão do pecado. Trazemos desde a concepção a culpa e a corrupção do pecado original. Esse pecado nos é imputado não somente porque descendemos de Adão, mas porque ele era o nosso representante no Pacto das Obras. Quando Adão quebrou este pacto, nós todos o quebramos também. Ezekiel Hopkins, explicando o texto de Ezequiel 18.20, que afirma que "a alma que pecar, essa morrerá" e que "o filho não levará a iniquidade do pai, nem o pai a iniquidade do filho," coloca a questão nos seguintes termos que tão bem elucidam a nossa responsabilidade pelo pecado original:

Estas expressões não podem significar sofrimentos temporais, pois eu já tenho demonstrado que Deus os pode infligir e de fato os inflige sobre os filhos, devido ao pecado dos pais; mas significam punições futuras e morte eterna: que ninguém perecerá eternamente pelos crimes de seu pai, mas tão somente pelos seus próprios. Mas, dirá você, "como pode ser que estejamos sujeitos à morte eterna pelo pecado de outro, se o filho não levará a iniquidade de seu pai e somente a alma que pecar, essa morrerá?" Eu respondo: A verdade ainda é esta, porque nós somos as almas que pecaram; nós, em Adão, nosso representante constituído, em quem nós entramos em aliança com Deus e em quem nós quebramos aquela aliança. Portanto, Deus inflige a morte eterna sobre a sua posteridade não como uma punição pelo pecado de Adão, mas pelo seu próprio, pois o pecado de Adão foi seu; embora não cometido pessoalmente por ela, foi legal e judicialmente atribuído a ela.<sup>4</sup>

Ao homem não assiste o direito de questionar a sabedoria ou a justiça de Deus por constituir Adão seu representante: "Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus? Porventura pode o objeto perguntar a quem o fez: Por que me fizeste assim?" (Rm 9.20). De acordo com a lei desse pacto, a desobediência de Adão é desobediência nossa e a morte em que Adão incorreu é também a mesma em que todos incorremos. O mesmo Ezekiel Hopkins, comentando citação de um terceiro, declara:

Assim, os filhos de Adão não são culpados do pecado original apenas quando são concebidos e nascem, mas "na realidade pecaram originalmente no mesmo instante em que Adão de fato pecou" por comer do fruto proibido, pois eles estavam em Adão como seu representante e, por essa razão, sua transgressão foi também, legalmente, deles.<sup>5</sup>

Entendo que é isto que Davi quer dizer com as palavras "Eu nasci na iniquidade, e em pecado me concebeu minha mãe." Paulo faz o mesmo quando declara: "...pela ofensa de um, e por meio de um só, reinou a morte..." e "... por uma só ofensa veio o juízo sobre todos os homens para condenação... (Rm 5.17, 18).

Os que defendem a salvação de todos os que morrem na infância argumentam, com base em Romanos 5, especialmente o v. 18, que, assim como todas as crianças estão condenadas e mortas em Adão, da mesma forma todas estão salvas em Cristo, o segundo

Adão, pois as duas cláusulas do v. 18 são extensivas a "todos os homens." O texto diz: "Pois assim como por uma só ofensa veio o juízo sobre *todos os homens* para condenação, assim também por um só ato de justiça veio a graça sobre *todos os homens* para a justificação que dá vida." Se todas as crianças estão incluídas no primeiro Adão, como seu representante, todas devem estar, igualmente, no segundo Adão. Se todas se perdem em Adão, todas se salvam em Cristo, argumentam.

Mas será que, à luz da Bíblia e, particularmente, do ensino de Paulo, essa relação de igualdade absoluta pode ser mantida? O texto não está falando só de crianças, mas de todas as pessoas da raça humana, indistintamente. Se a relação de igualdade absoluta puder ser provada, então Paulo estará dizendo que todos os homens se salvam, pois ele afirma que "por um só ato de justiça veio a *graça sobre todos os homens para a justificação que dá vida.*" No verso anterior, o de número 17, ele não estabelece esse paralelo de igualdade numérica, mas refere-se apenas àqueles "que recebem a abundância da graça e o dom da justiça" como os que "reinarão em vida por meio de um só, a saber, Jesus Cristo." Nos versos 15 e 19 o apóstolo não usa a expressão "todos," mas "*muitos,*" para se referir aos que estão representados tanto em Adão como em Cristo. Em 1 Co 15.22 Paulo diz que "... assim como em Adão *todos* morrem, assim também *todos* serão vivificados em Cristo." Se temos que entender o princípio de igualdade numérica em Rm 5.18, então temos que igualmente entendê-lo aqui. Estaria Paulo ensinando que todos os homens serão vivificados em Cristo, visto que todos morrem em Adão? É claro que nenhum teólogo cristão conservador, para não dizer reformado, aceitaria essa equivalência. Isto seria acreditar no universalismo da salvação. E por que, então, teríamos que concluir que o "todos" dos que estão representados em Adão é igual ao "todos" dos que estão representados em Cristo? O único paralelo estabelecido em Romanos 5, de forma absoluta, é o da representação. Desta forma, Paulo está dizendo que todos os que estão representados em Adão (e à luz de outros textos, além deste, isso inclui toda a raça humana) morreram com ele, e que todos os que estão representados em Cristo (só os eleitos, à luz de diversos textos: Mt 1.21; 20.28; 26.28; Jo 10.11,24-29; At 20.28; Ef 5.25-27; Rm 8.32-34; Hb 9.15) serão justificados nele. Textos como Rm 8.31-34 e 2 Co 5.14 e 15 claramente mostram, pelo seu contexto, que quando a Bíblia afirma que Cristo morreu por todos, refere-se apenas aos eleitos e a ninguém mais, sejam crianças ou adultos.<sup>6</sup>

Desta forma, acreditamos que o texto de Romanos 5 não ensina que todas as crianças estão, necessariamente, representadas em Cristo, o segundo Adão, como não estão todos os adultos, qualquer que seja a idade em que morram. Estão, sim, representadas em Adão, e por isso mesmo, mortas em delitos e pecados. A propensão para o pecado que elas demonstram desde cedo, e que até os pelagianos reconhecem, é evidência de sua natureza pecaminosa.

B. Não há outro meio de salvação a não ser através da obra expiatória de Cristo.

Temos visto que só há dois representantes apresentados na Bíblia: Adão e Cristo (Rm 5.15ss.). Todos os que estavam representados em Adão caíram com ele. Da mesma forma, somente os que estiverem representados em Cristo viverão com ele. Ele é o cabeça da nova criação (1 Co 15.20ss.). Somente a justiça de Cristo, constituída pelos méritos de sua obra (vida de obediência perfeita e morte substitutiva) pode justificar o pecador perante Deus. As crianças não têm justiça própria, como não a têm os adultos. Portanto, a salvação é uma questão inteiramente de graça e não de justiça para com os homens: "...sendo justificados gratuitamente, por sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus" (Rm 3.24). É uma questão de justiça para com Cristo, que a adquiriu

com sua obra. Em Atos 4.12 lemos que "...não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos."

C. A salvação é aplicada através da obra regeneradora do Espírito, pela qual ele comunica a fé.

A Bíblia apresenta a salvação como sendo "pela fé." A fé, porém, não é uma capacidade humana (obra humana), mas um dom de Deus: "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é *dom* de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie" (Ef 2.8-9). A fé é parte do conjunto de dons decorrentes da salvação. Ela é dada pelo Espírito Santo no ato da regeneração, capacitando o homem a aceitar a oferta do evangelho. A *Confissão de Fé de Westminster* declara que "...na vocação o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada" (capítulo X, seção 2). Isto significa que antes que o homem possa crer ele precisa ser regenerado. Ele não crê para poder ser regenerado, mas é regenerado para poder crer (Jo 6.37,44; Ef 2.5). De Lídia é dito que "o Senhor lhe abriu o coração para atender às coisas que Paulo dizia" (At 16.14).

De igual forma, na conversão o arrependimento que acompanha a fé é dom de Deus. Os judeus, ouvindo o testemunho de Pedro, "glorificaram a Deus, dizendo: Logo, também aos gentios foi por Deus *concedido* o arrependimento para vida" (At 11.18). Paulo afirma que é a bondade de Deus que conduz o homem ao arrependimento (Rm 2.4) e recomenda a disciplina com mansidão, na expectativa de que Deus *conceda* o arrependimento (2 Tm 2.25).

O entendimento dessas verdades é fundamental para se estabelecer o modo como as crianças e os incapazes podem ser salvos, pois elas mostram que a regeneração independe da fé e do arrependimento. Doutra forma, como poderiam ser salvos aqueles que não podem se arrepender e crer, em situações normais? É o que demonstraremos no item "E".

D. A fé, que é fruto da obra regeneradora do Espírito Santo, é comunicada aos que Deus elegeu desde a eternidade para serem salvos, e somente a esses.

Deus chama eficazmente aqueles a quem elegeu, e somente a esses: "E aos que predestinou, a esses também chamou" (Rm 8.30). Em Atos 13.48 lemos que os que creram eram os que haviam sido destinados para a vida eterna. O decreto da eleição vem primeiro e produz a fé, pela chamada eficaz, que é equivalente à regeneração. Isto pode ser visto em textos como 2 Ts 2.13,14; Jo 5.21; 15.16; Ef 2.5; Fp 2.13; Tg 1.18, etc. e está magnificamente sumariado nos termos da seção 1, do capítulo X da *Confissão de Fé*:

Todos aqueles que Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido, no tempo por ele determinado e aceito, chamar eficazmente pela sua palavra e pelo seu Espírito, tirando-os por Jesus Cristo daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos espiritualmente a fim de compreenderem as cousas de Deus para a salvação, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as pela sua onipotência para aquilo que é bom e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui

livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.

A fé vem a ser, portanto, um dom decorrente do decreto soberano da eleição. Os eleitos são chamados pelo Espírito de Deus, através da pregação do Evangelho, e habilitados a crer: "De sorte que a fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus" (Rm 10.17),<sup>7</sup> ou "E assim, a fé vem pela pregação e a pregação pela palavra de Cristo."<sup>8</sup> É evidente que tudo isso diz respeito somente aos adultos, àqueles que podem ser habilitados a crer. A grande ênfase da Bíblia repousa sobre o modo como Deus salva os adultos ou aqueles que, mesmo sendo ainda crianças, têm condições de ser chamados pela pregação do Evangelho. Mas como fica a situação daqueles que, por imaturidade ou incapacidade mental, não são suscetíveis de assim serem chamados e receberem o dom da fé? É o que veremos a seguir.

E. A fé só pode ser dada àqueles que têm condições de exercê-la.

Sendo a fé um dom que é exercido pelo ser humano através de um ato consciente, segue-se que ela só pode ser dada àqueles eleitos que já atingiram a idade do discernimento (intelectual e moral), qualquer que seja essa idade. Alguns escolásticos e até mesmo teólogos de nossa época, interpretando mal a passagem de Marcos 16.16, defendem a "doutrina" de uma suposta "fé infantil," à qual chamam de "fé presumida", "fé implícita", "fé sem conhecimento" ou "fé infusa." O motivo dessa criação anômala é a suposição de que a fé em Cristo é uma condição indispensável para a salvação de todas as pessoas, inclusive das crianças.<sup>9</sup> As Escrituras nada têm a dizer a respeito desse tipo de fé. É evidente que o texto de Marcos 16.16 só pode referir-se a pessoas capazes de discernimento, pois a fé pressupõe conhecimento e entendimento. Desde que as crianças não têm essa capacidade, a fé não lhes pode ser atribuída.

É preciso estabelecer, todavia, que embora seja impossível à criança o exercício da fé, não lhe é impossível a regeneração, pois, como já vimos, esta independe daquela. Assim como a criança não precisa cometer o primeiro pecado consciente para ser pecadora, pois sua natureza já é pecaminosa sem o seu conhecimento consciente disto, assim também, não pela mesma razão mas de igual forma, ela não precisa exercer o seu primeiro ato de justiça (não própria), crendo, para que tenha sua natureza transformada e seja salva. O Espírito que regenera age quando, onde e como quer (Jo 3.8). A Bíblia fala de crianças cheias do Espírito Santo antes mesmo de seu nascimento (Jr 1.5; Lc 1.41,44) e, por isso, presumivelmente regeneradas. A única condição indispensável, à luz da Bíblia, para alguém ser regenerado (criança ou adulto), é que seja eleito para a salvação e, portanto, esteja representado em Cristo na sua obra expiatória. Se a salvação dependesse, em todos os casos, sem exceção, de ouvir, entender e aceitar o Evangelho, então ninguém que morresse na infância e nenhum deficiente mental seria salvo. Todavia cremos que muitos nessas condições o são, por estarem incluídos no soberano decreto da eleição. É o que diz a *Confissão de Fé*:

As crianças eleitas, que morrem na infância, são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito que opera quando, onde e como lhe apraz. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas eleitas, incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra.<sup>10</sup>

Podemos concluir, então, à vista desses fatos, que a fé não é elemento essencial à salvação das crianças e dos mentalmente incapazes. Todos os que forem regenerados na infância certamente irão exercer a fé se chegarem à idade ou ao domínio da razão, assim como vão praticar pecados conscientes também. A fé, porém, será apenas fruto da

regeneração, assim como esses pecados conscientes serão o resultado de uma natureza pecaminosa e não a causa da mesma.

F. A salvação é matéria que depende única e exclusivamente do soberano beneplácito de Deus.

Se na regeneração o ser humano é passivo, e até mesmo a fé e o arrependimento são dons que ele recebe de Deus como resultado dessa obra nele operada, os quais podem nem existir no caso dos menores e dos incapazes, segue-se que a salvação é matéria tão somente da graça de Deus, que não está condicionada a qualquer fator humano. A idade em que alguém morre ou a sua condição mental não podem determinar a sua salvação. O que determina esse fato é estar o seu nome escrito no livro da vida (Fp 4.3; Ap 13.8; 17.8; 20.15; 21.27). É o que Paulo chama de "propósito de Deus quanto à eleição" (Rm 9.11). Segundo esse propósito, "não depende de quem quer, ou de quem corre, mas de usar Deus a sua misericórdia" (Rm 9.16).

Só os eleitos de Deus serão regenerados pelo Espírito e receberão os benefícios da obra de Cristo como seu representante e fiador no Pacto da Graça (2 Tm 2.19). Se forem regenerados na infância e atingirem o domínio da razão (estado de consciência) ou se forem chamados eficazmente na idade adulta, exercerão a fé. Se não atingirem esse estado, serão regenerados e salvos por Cristo, sem fé, por meio da operação soberana do Espírito.

## II. TODOS OS QUE MORREM NA INFÂNCIA SÃO ELEITOS?

A doutrina bíblica ensina que a eleição é eterna e, portanto, todos nascem como infantes eleitos ou não (Ef 1.4-4; 2 Ts 2.13; 2 Tm 1.9). A única questão que pode ser levantada é se todos os que morrem na infância são necessariamente eleitos. Referimo-nos, na introdução, ao fato de que muitos renomados teólogos calvinistas acreditam que todos os que morrem antes da idade do discernimento são salvos, sejam filhos de crentes ou não, o que equivale a crer que todos os que morrem na infância são eleitos. É verdade que a Bíblia tem muito pouco a dizer diretamente sobre o assunto, mas em harmonia com o sistema reformado de doutrina soteriológica, comumente conhecido como os Cinco Pontos do Calvinismo, dificilmente essa convicção pode ser sustentada sem que um ou mais desses pontos, logicamente ligados entre si, seja ferido.

A. A questão considerada do ponto de vista da Confissão de Fé de Westminster.

Já citamos no capítulo anterior o texto do capítulo X, seção 3: "*As crianças eleitas, que morrem na infância, são regeneradas e salvas por Cristo...*" Esta expressão tem sido entendida de dois modos diferentes.

Aqueles que defendem a salvação de todos os que morrem na infância entendem que a *Confissão de Fé* afirma serem eleitas todas as crianças nessa situação. Desta forma, a *Confissão* estaria ensinando que "as crianças que morrem na infância, por serem eleitas, são regeneradas e salvas por Cristo." Um exemplo desse entendimento é visto na interpretação de A.A. Hodge. Ele afirma:

A expressão "crianças eleitas" é precisa e adequada ao seu propósito. Não pretende insinuar que haja algumas crianças não eleitas, mas simplesmente realça os fatos de que: (a) todas as crianças nascem debaixo da justa condenação; (b) nenhuma criança tem em si qualquer direito à salvação; (c) a salvação de cada criança, precisamente como a

salvação de cada adulto, deve ter sua base absoluta na *soberana eleição divina*. Isso seria tão verdadeiro se todos os adultos fossem eleitos, quanto o é agora que somente alguns adultos são eleitos. Portanto, não é menos verdadeiro, já que temos boas razões para crer que *todas* as crianças são eleitas. A *Confissão de Fé* adere acuradamente, neste ponto, aos fatos revelados. É indubitavelmente revelado que ninguém, quer adulto quer criança, é salvo exceto com base em uma eleição soberana; isto é, toda a salvação destinada à raça humana é por pura graça. Não é positivamente revelado que todas as crianças são eleitas, senão que somos levados, por muitas razões, a nutrir fortemente a firme esperança de que esse seja o fato. A *Confissão de Fé* afirma o que é indubitavelmente revelado, e deixa de lado aquilo sobre o que a revelação decidiu não insistir, sem a sugestão de uma opinião positiva sobre um ou outro lado.<sup>11</sup>

Surpreendentemente, essa foi a interpretação que prevaleceu desde o século passado nas igrejas presbiterianas dos Estados Unidos. Em 1813 os presbiterianos do ramo chamado Cumberland mudaram o texto da *Confissão de Fé* para dizer o seguinte: "Todas as crianças que morrem na infância são regeneradas e salvas por Cristo...." Foi a primeira vez que esse texto da *Confissão* foi alterado. Em 1883, em outra revisão, a alteração foi mantida.<sup>12</sup> A Igreja Presbiteriana do sul, embora recusasse mudar este texto, mais de uma vez explicou que o sentido em que ele deveria ser entendido era o de que "ninguém que morresse na infância se perdia"<sup>13</sup> e de que a "Confissão de Fé, nesta seção, não ensina a perdição de qualquer criança que morre na infância, pelo fato de que o contraste estabelecido nele não é entre crianças eleitas e não eleitas que morrem na infância, mas entre pessoas eleitas que morrem na infância e pessoas eleitas que não morrem na infância."<sup>14</sup> Essa mesma interpretação foi novamente afirmada em 1902, acrescentando que o texto "apenas quer mostrar que os que morrem na infância são salvos de um modo diferente dos adultos, que são capazes de ser chamados exteriormente pelo ministério da Palavra." E acrescenta: "Além disso, estamos persuadidos de que as Escrituras Sagradas, quando devidamente interpretadas, garantem-nos amplamente a crença de que todos os que morrem na infância estão incluídos na eleição da graça e são regenerados e salvos por Cristo, através do Espírito."<sup>15</sup> Em 1903, a Igreja Presbiteriana do Norte acrescentou a nota, já citada anteriormente, em que interpreta a *Confissão de Fé* no sentido de que todos os que morrem na infância são eleitos e salvos.<sup>16</sup>

Os que acreditam que é possível haver crianças não eleitas que morrem na infância, entendem que a expressão se refere também ao modo como as crianças que morrem na infância são salvas, mas limitando o número dessas crianças apenas às *eleitas*. Assim, a *Confissão de Fé* estaria ensinando que "as crianças que morrem na infância, se forem eleitas, são regeneradas e salvas por Cristo." É como interpreta G. I. Williamson, quando afirma: "Esta parte da Confissão ensina: 1) que há alguns seres humanos 'que são incapazes de ser exteriormente chamados pelo ministério da palavra,' 2) que esses tais podem ser eleitos, e 3) que nesses casos o Espírito opera quando, onde e como quer."<sup>17</sup> A seguir declara, referindo-se ainda à *Confissão de Westminster*:

Ela apenas diz "crianças eleitas, que morrem na infância," sem especular quantas dessas pessoas, muitas ou poucas, possa haver. E o mesmo é verdade com respeito a "todas as outras pessoas incapazes de ser exteriormente chamadas pelo ministério da palavra." Pode-se supor que sejam muito poucas em número, ou muitas. O ponto importante é que, desde que a Escritura não o diz, não podemos nem ousamos dizer também.<sup>18</sup>

Entendemos que este último é o modo correto de interpretar o texto confessional, pelas

seguintes razões:

## **1. Na língua em que foi originalmente escrito, dificilmente o texto poderia aceitar outra interpretação.**

A redação em inglês é: *"Elect infants, dying in infancy, are regenerated and saved by Christ through the Spirit, who worketh when and where and how he pleaseth. So also are all other elect persons, who are incapable of being outwardly called by the ministry of the word."*<sup>19</sup> Uma comparação entre as duas traduções em português, a anterior<sup>20</sup> e a atual, mostra que esta última é bem mais clara e mais fiel ao original: *"As crianças eleitas que morrem na infância são regeneradas e salvas por Cristo, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas eleitas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra."*

Dificilmente o texto em inglês, assim como a sua melhor tradução em português, dariam margem a uma dupla interpretação. O adjetivo "eleitas" restringe a idéia do sujeito e deixa aberta a possibilidade da existência de crianças não eleitas. Que este é o entendimento natural da expressão, para qualquer pessoa que a leia sem preconceitos, fica evidente pela própria necessidade que diferentes ramos do presbiterianismo sentiram, como vimos, de acrescentar nota explicativa sobre ela, pronunciar-se a seu respeito ou até mesmo de mudar o seu texto, para fazê-lo dizer outra coisa.

Na parte introdutória da Declaração Explicativa da Igreja do Norte, que traz a nota acima mencionada, existe a justificativa de que os dois pontos que compõem a declaração são feitos em virtude de haver "um desejo de que a Igreja repudie certas inferências tiradas da linguagem da *Confissão de Fé* e também se faça uma declaração formal quanto a certos aspectos da verdade revelada que parecem carecer, em nossos dias, de uma exposição mais explícita."<sup>21</sup> Seguem então as duas notas: a primeira virtualmente negando a expiação limitada, a vocação eficaz (graça irresistível) e a própria eleição. E a segunda, afirmando que todas as crianças que morrem na infância são eleitas e salvas. Percebe-se que a "explicação" foi dada para facilitar a entrada, na Igreja, de oficiais que tinham dificuldades de receber e adotar a *Confissão de Fé* nos termos claros e coerentes de seu sistema reformado de doutrina.<sup>22</sup> O próprio fato de a Igreja "protestar contra certas conclusões que alguns tiravam da fraseologia da *Confissão*," como diz a sentença que introduz a Declaração,<sup>23</sup> testifica que aquele era o sentido natural que os teólogos de Westminster quiseram dar ao texto, ou seja, o de limitar a afirmação apenas às crianças eleitas, deixando em aberto a outra questão em que a Bíblia não é clara.

## **2. O sistema de doutrina da Confissão de Westminster dificilmente comportaria outra interpretação.**

Seria inteiramente estranho ao espírito da *Confissão* declarar que todas as crianças que morrem na infância, assim como todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas, são eleitas. Em que base pode alguém saber quem são os eleitos de Deus, sem que estes manifestem a fé e correspondam à chamada do Espírito? Com que autoridade poderiam os teólogos de Westminster discriminar pessoas e declarar que certas categorias delas são eleitas e serão salvas? Que outro sentido tencionaram dar às expressões *"crianças eleitas, que morrem na infância"* e *"todas as outras pessoas eleitas, incapazes de serem exteriormente chamadas"* senão o de que nessas categorias podem existir crianças e outras pessoas incapazes não eleitas?

A *Confissão de Fé* não afirma categoricamente que há crianças não eleitas que morrem na

infância. Mas também não afirma que todas as crianças que morrem na infância são eleitas. Interpretá-la assim é ir além do que afirma o seu texto. Coerentemente, ela afirma que só as crianças eleitas que morrem na infância é que são salvas. Ela não diz quantas são. Pelos seus termos podem ser poucas ou muitas, todas ou nenhuma. Os teólogos de Westminster mostraram equilíbrio, coerência e sabedoria. Não foram além da revelação. Não ousaram declarar que todos os que morrem na infância e todos os incapazes são eleitos e salvos. A própria declaração explicativa da Igreja Americana nos parece incoerente, pois se, como afirma, o Espírito "opera quando, onde e como quer," o que é verdade bíblica indisputável, como podemos saber que ele opera em todos os que morrem na infância e em todos os incapazes mentais? Como pode o homem decidir em que classes de pessoas o Espírito opera a regeneração?

B. A questão considerada do ponto de vista bíblico.

A Bíblia é bastante clara e categórica a respeito do modo de salvação dos adultos capazes. Com referência à salvação dos que morrem na infância e dos mentalmente incapazes, já não encontramos a mesma riqueza de informação. No primeiro capítulo deste trabalho procuramos estabelecer a base bíblica para a salvação das pessoas, inclusive das crianças. Aquela foi uma discussão em tese, à luz de todo o ensino bíblico. Alguns textos, não obstante, são citados casuisticamente para justificar a crença de que todas as crianças que morrem na infância são eleitas e salvas. Três deles são os mais importantes e os mais usados em defesa dessa idéia. Cumpre estudá-los juntamente com os argumentos deles inferidos:

### **1. A esperança de Davi de encontrar o seu filho nos céus**

#### **(2 Sm 12.22-23).**

Estando enfermo o filho de Bate-Seba com Davi, este jejuava e chorava. Depois que o menino morreu, ao contrário do que todos esperavam, Davi ficou confortado e disse, explicando o seu comportamento: *"Vivendo ainda a criança, jejuei e chorei, porque dizia: Quem sabe se o Senhor se compadecerá de mim, e continuará viva a criança? Porém, agora que é morta, por que jejuaria eu? Poderei eu fazê-la voltar? Eu irei a ela, porém ela não voltará para mim"* (vv. 22-23).

Afirma-se que esse texto mostra, por inferência, que as crianças que morrem na infância são salvas, pois Davi esperava reencontrar-se com seu filho e esse era o motivo de seu consolo. Entendemos que há três pontos que precisam ser provados antes que o texto possa ser usado para ensinar a salvação universal dos que morrem na infância:

a) O primeiro é se, realmente, a expressão "eu irei a ela" significa um encontro no futuro, em algum lugar de bem-aventurança (céus). É possível interpretar assim as palavras de Davi, mas a expressão é também usada para referir-se à sepultura, ao final inevitável de todos os mortais, ao estado dos mortos, do qual não há retorno. Clericus a parafraseia da seguinte forma: "Eu irei ao morto, o morto não virá a mim."<sup>24</sup> O mesmo verbo (*halakh*) é usado nesse sentido por Davi em 1 Rs 2.2, quando dava instruções a Salomão, logo antes de sua morte. "Eu vou pelo caminho de todos os mortais," disse ele. O verbo também é usado neste sentido em Ec 9.10, na expressão "...porque no além, para onde tu vais, não há obra, nem projetos, nem conhecimento, nem sabedoria alguma." O versículo 23 do texto em questão, lido neste contexto (*"Porém, agora que é morta, por que jejuaria eu? Poderei eu fazê-la voltar? Eu irei a ela, porém ela não voltará para mim"*), argumenta em favor da idéia de que Davi estava falando da sua ida para o lugar "de onde não há

retorno." A idéia da morte de alguém como reunião "com o seu povo" é encontrada também em Gn 25.8 e 49.33. Portanto, a interpretação de que o texto fala da esperança de Davi de encontrar o seu filho no céu é possível, mas, talvez, não a mais provável.

b) O segundo ponto é se, realmente, o motivo de Davi cessar o seu jejum e a sua prostração na presença do Senhor era por estar confortado com a esperança de reencontrar o seu filho nos céus. Dadas as circunstâncias em que a criança foi gerada (fruto de uma relação pecaminosa) e o fato evidente de que Deus estava punindo ao próprio Davi através daquela enfermidade na criança (v. 14), é mais provável que ele estivesse, com sua atitude penitente, buscando aplacar a ira de Deus e ganhar o seu favor e perdão, mais do que simplesmente evitar a morte do filho. A preservação da vida da criança seria, então, o sinal visível do favor divino. Morta a criança, nada mais havia a ser feito a não ser descansar na justiça e na graça de Deus. Esta é a interpretação de O. von Gerlach.<sup>25</sup> A atitude de Davi, não compreendida pelos seus servos por ser mais espiritual do que afetiva, argumenta em favor desse ponto de vista. Essa atitude pode ser também vista e melhor compreendida através da súplica do Salmo 51.

Assim, o conforto de Davi estaria muito mais na solução dada por Deus ao problema do seu pecado do que propriamente na expectativa de reencontrar o seu filho, ainda que esta também pudesse estar presente em sua mente. Se o motivo do conforto estava na esperança do reencontro, por que não descansou desde o início nessa esperança e na providência de Deus, ao invés de afligir-se e penitenciar-se? Ao dizer: "*Vivendo ainda a criança, jejei e chorei, porque dizia: Quem sabe se o Senhor se compadecerá de mim e continuará viva a criança*" (v. 22), Davi deixa entender que sabia que era por sua causa que a criança estava sendo atingida. Com o desfecho do caso, só lhe restava aceitar a justiça de Deus e descansar na sua misericórdia.

c) O terceiro ponto a ser provado é se a expectativa de Davi de reencontrar o seu filho nos céus, caso seja esta a melhor interpretação, pode justificar a crença na salvação de todas as crianças que morrem na infância, sejam elas filhas do Pacto ou não. Duas verdades precisam ser ressaltadas aqui: 1) Ainda que seja legítimo aos pais crentes esperar que seus filhos, herdeiros da promessa e membros do Pacto (Gn 17.7; Sl 105.8-10; Ez 16.20-21; At 2.39; Gl 3.29), estejam incluídos no número dos eleitos (qualquer que seja a ocasião da sua morte), não há uma garantia explícita da parte de Deus de que isto certamente acontece. Se esta fosse a situação em todos os casos, teríamos que acreditar que todos os filhos de crentes se salvam, independentemente da idade em que morrem. A promessa não se restringe apenas aos que morrem na infância.<sup>26</sup> No caso de Davi, teríamos registrada a sua expectativa, a sua esperança, mas não uma declaração formal de Deus. 2) A expectativa de Davi, ainda que legítima, não serve de base para se extrair dela um princípio válido para todas as crianças, indistintamente. A Bíblia não estabelece, como fator determinante de eleição, a idade em que alguém morre.

## **2. A declaração de Jesus de que o Reino de Deus é dos pequeninos**

*"Deixai vir a mim os pequeninos e não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus"* (Lc 18.16 e passagens paralelas).

Esta é a passagem mais citada em defesa da tese em questão. A afirmação de Jesus "porque dos tais é o reino de Deus" é entendida como uma prova definitiva de que todos os que morrem na infância são eleitos e salvos, porque Jesus, supostamente, declarou que o Reino de Deus pertence a todas as crianças. Vejamos se essa posição pode ser

sustentada.

Primeiramente, é preciso considerar as circunstâncias em que Jesus proferiu essas palavras. Crianças estavam sendo trazidas para que ele as abençoasse, mas os discípulos repreendiam os que as traziam. Diante disto, Jesus as recebe e faz essa preciosa e confortadora declaração. É preciso notar que tais palavras são mais de repreensão do que de promessa. Elas foram dirigidas primariamente aos discípulos, que, por suas atitudes, davam a entender que o ministério de Jesus só tinha a ver com adultos. É então que ele se serve da oportunidade não apenas para declarar que crianças também participam do Reino de Deus, mas que elas próprias são uma ilustração de como se recebe esse Reino (v. 17).

À luz do ensino bíblico, tudo o que pode ser depreendido das palavras de Jesus é que não apenas adultos, mas crianças também participam, como eleitos, do Reino de Deus. Crianças também podem ser trazidas a Jesus e abençoadas e salvas por ele, e não somente adultos.

Porém, certamente Jesus não estava falando de todas as crianças e muito menos daquelas que morrem na infância. Isso pode ser demonstrado pelas seguintes razões:

a) As palavras foram ditas para repreender os discípulos que, indevidamente, queriam impedir as crianças de virem a Cristo, discriminando-as. O objetivo de Jesus não era, certamente, o de ensinar nessa hora uma doutrina sobre o número de crianças que são salvas, mas mostrar aos discípulos que crianças também fazem parte do número dos salvos e, por conseguinte, podem receber a graça da salvação ainda na infância.

b) Se Jesus estivesse ensinando que todas as crianças são herdeiras do Reino de Deus, teríamos de acreditar que algumas ou muitas delas, ao crescer, perdem essa herança e são excluídas do Reino, pois nem todas as pessoas se salvam. Isto equivaleria a dizer que a salvação pode ser perdida, contrariando o ensino bíblico da perseverança dos santos.

c) Não há nessa passagem, nem nos textos paralelos, a menor indicação de que Jesus estivesse se referindo a crianças que morrem na infância. Pelo contrário, referia-se a crianças vivas que estavam sendo trazidas a ele.

d) A expressão "dos tais" não significa, necessariamente, que o Reino de Deus é de todas as crianças, indistintamente, mas que é de crianças tais como aquelas que Jesus abençoou. Esse é o sentido do adjetivo pronominal demonstrativo *ton toiouton*, que, quando usado com o artigo, como aqui, significa "desse tipo", "tais como estas."<sup>27</sup> Assim, aplicada ao texto, a expressão quer dizer "crianças desse tipo" ou "crianças tais como estas." Um outro exemplo desse uso é encontrado em Marcos 9.36-37, onde se lê que Jesus *"trazendo uma criança, colocou-a no meio deles e, tomando-a nos braços, disse-lhes: Qualquer que receber uma criança, tal como esta, em meu nome, a mim me recebe..."* A expressão "tal como esta" é a mesma usada em Lc 18.16 e nas passagens paralelas. Ela indica apenas que Jesus se referia a crianças como aquelas que ele abençoou, isto é, da mesma categoria ou idade, e não universalmente a todas as crianças, como um grupo solidário e indivisível.

e) Calvino entendia que o fato de Jesus impor as mãos e orar por aquelas crianças (Mt 19.13; Mc 10.16), a pedido dos que as traziam, não era um gesto sem significado ou vazio. Segundo ele, Jesus não poderia apresentar as crianças solenemente a Deus sem

dar-lhes pureza. Desta forma, Jesus as abençoava para que pudessem ser recebidas no número dos filhos de Deus, do que se depreende que eram renovadas pelo Espírito para a esperança da salvação.<sup>28</sup>

Desse entendimento de Calvino pode-se deduzir que somente aquelas crianças a quem Jesus abençoou estavam sendo, naquele ato, apresentadas a Deus para serem contadas no número dos seus filhos. Não se ensina, portanto, que todas as crianças estão necessariamente no Reino de Deus só por serem crianças ou enquanto o são, e muito menos que o Reino lhes pertence necessariamente se morrerem na infância.

Tudo o que aqui se afirma é que as crianças são tão capazes de ser regeneradas como os adultos e, como estes, também são herdeiras do Reino de Deus, se forem eleitas. A idade não faz diferença para a inclusão no Reino.

### **3. A afirmação de Jesus de que "não é da vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos" (Mt 18.14).**

Por "pequeninos" muitos entendem tratar-se de criancinhas e de criancinhas apenas. Assim, a afirmação de Jesus seria uma prova de que todas as criancinhas que morrem na infância são eleitas e salvas, pois não é da vontade de Deus que uma só delas se perca. Estudando-se o texto, porém, nota-se que essa conclusão não pode ser tirada assim tão facilmente.

Não é certo nem provável que Jesus esteja falando apenas de criancinhas. O contexto usa consistentemente a expressão "pequeninos" (*ton mikron touton*), a partir do v. 6, para se referir aos seus (vv. 6, 10,14). Antes Jesus havia colocado uma criança (*paidion*) no meio dos discípulos para ensinar uma lição de humildade e dar ilustrações da conversão (vv. 2,3,4,5). No v. 6, tratando dos tropeços, ele qualifica esses pequeninos como "pequeninos que crêem em mim." Percebe-se que, ainda que se trate de crianças, não se trata de todas elas, nem de recém-nascidos, mas de crianças capazes de crer, que já atingiram a idade da razão, e de crianças que de fato crêem em Jesus. Se forem crianças, são crianças em idade suficiente para tropeçar ou escandalizar-se.

Nos versos 11-13 esses pequeninos são comparados a ovelhas, e é nesse contexto da parábola da ovelha perdida que Jesus a concluiu dizendo: "Assim, não é da vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos" (v. 14). A palavra "assim" é *houtos*, que significa "deste modo", "da mesma maneira." Com esse termo, Jesus identifica os pequeninos com as ovelhas da parábola. Em João 10.14, ele diz: "Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem a mim."

Do contexto, portanto, se conclui que os pequeninos aqui mencionados não são criancinhas incapazes de discernimento, nem criancinhas que morrem na infância, mas crentes no Senhor Jesus, grandes ou pequenos, a quem ele chama de suas ovelhas. É com respeito a esses que Jesus disse que "não é da vontade de vosso Pai celeste que pereça um só destes pequeninos."

C. A questão considerada do ponto de vista lógico-doutrinário.

Acreditando-se que todas as crianças que morrem na infância são eleitas e salvas, seguem-se as seguintes implicações:

1. Nega-se a liberdade dos decretos de Deus. Deus não poderia decretar que a morte de alguém não eleito se desse antes que este atingisse a idade da razão. Isto equivaleria a atribuir a todo ser humano não eleito um período de existência em que gozaria de imortalidade física. Certamente há algumas coisas que Deus, pela sua natureza, não pode fazer, por envolver um princípio de contradição. Ele não pode pecar nem contradizer-se, pois isto é contrário à sua natureza. Seria deixar de ser Deus. Qualquer decreto nesta direção seria inconcebível. Não é a mesma coisa, porém, negar a Deus a liberdade de decretar ou não o tempo da morte do não eleito. Seria restringir a sua vontade e a liberdade e incondicionalidade dos seus decretos. Que homem pode dizer o que Deus pode ou não decretar, sem que isto lhe seja revelado?

2. Atribui-se ao homem, em última análise, o poder de decidir sobre a eleição de qualquer pessoa até à idade do discernimento. Se morrer na infância é garantia de salvação, então aqueles que assassinam crianças asseguram-lhes a eleição e acabam por lhes prestar um grande serviço. Herodes teria sido um grande benfeitor ao mandar matar todas as crianças de Belém, menores de dois anos, garantindo-lhes a salvação. E que dizer das mães que abortam os seus filhos? Não seria mais seguro confirmar o seu destino eterno desta forma do que correr o risco de deixá-los nascer, crescer e vir eventualmente a perder-se? A consideração é lógica e mostra quão absurda é a crença na certeza de salvação de todos os que morrem na infância.

D. A questão considerada do ponto de vista de Calvino.

Assim como em outros assuntos de controvérsia entre calvinistas, discute-se qual seria a posição de Calvino sobre essa questão. No começo do século, mais precisamente em 1909, a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (Igreja do Sul) comemorou o 400º aniversário do nascimento de Calvino publicando um livro de discursos em sua memória, apresentados perante a Assembléia Geral reunida em Savannah, na Geórgia. Um desses discursos, pronunciado pelo Rev. R.A. Webb, na época professor do Seminário Teológico de Kentucky, tem como tema: "A Doutrina de Calvino sobre a Salvação das Crianças."<sup>29</sup> Nesse discurso o autor pretende demonstrar, conforme a tendência da época, que Calvino nunca deixou entender em seus escritos que crianças podem morrer e não ser salvas. Sua tese baseia-se nos seguintes pontos:

1. Calvino certamente ensinou a doutrina da predestinação e com ela classificou toda a humanidade como eleitos e reprovados.

2. Ele igualmente ensinou que a predestinação determina o destino eterno dos seres humanos e que ninguém pode escapar àquilo que está fixado pelo decreto divino.

3. Ele também ensinou que a predestinação é eterna, isto é, anterior ao nascimento de qualquer pessoa e, conseqüentemente, todas as crianças nascem ou como crianças eleitas ou não eleitas.

4. No caso das crianças eleitas que morrem na infância, Calvino ensinou duas coisas: a) o fato da sua salvação e b) o modo de sua salvação, através de uma prévia regeneração pelo Senhor.

5. No caso das crianças não eleitas, ele nunca ensinou que qualquer delas morreria na infância.<sup>30</sup>

O referido autor faz uma distinção entre condenação e punição para explicar seu ponto de

vista sobre as convicções de Calvino. Condenação, para ele, é o pronunciamento da sentença, e punição é a sua execução. Entre a imposição da sentença e a sua execução pode intervir um período de tempo longo ou breve. Dessa forma, segundo ele, Calvino ensina que todas as crianças não eleitas são condenadas com base em seu pecado original, isto é, já receberam uma sentença de condenação, mas não ensina que aquela sentença tenha sido jamais executada ao não eleito enquanto criança. "São condenadas quando crianças, mas executadas somente quando pessoas adultas. São condenadas com base no pecado original ou adâmico, mas realmente perecem apenas com base no pecado atual ou pessoal," afirma esse autor.<sup>31</sup>

O argumento usado por R. A. Webb para interpretar Calvino dessa forma é a ênfase dada pelo grande teólogo ao fato de que os réprobos "produzem"<sup>32</sup> ou "causam" a sua própria destruição.<sup>33</sup> Realmente essa ênfase é encontrada em Calvino, como se depreende do próprio título do Livro III, capítulo 24, das *Institutas*.

Mas será correta a interpretação que esse autor faz da posição de Calvino? Concordamos integralmente com os quatro primeiros itens que compõem a sua análise, pois eles são bem evidentes nos escritos do esclarecido teólogo. Quanto à idéia de que Calvino ensinasse que Deus só pune alguém com base no pecado atual e, por conseguinte, que crianças não eleitas não morrem na infância até que "causem" a sua própria destruição, não nos parece sustentável, pelas seguintes razões:

a) A distinção entre condenação e punição, embora seja tecnicamente correta, não parece ser feita por Calvino com o objetivo desejado pelo autor. Não é certo que Calvino acreditasse que, embora condenadas pelo pecado original, as crianças só pudessem ser punidas ou só o fossem depois que se tornassem culpadas do pecado atual. As próprias citações de Calvino que Webb pretende explicar em seu discurso deixam evidente que aquela distinção não pode ser feita, como veremos mais adiante.

b) Na ênfase que Calvino dá ao fato de que os réprobos causam a sua própria destruição não está presente a idéia de que Deus não pode punir ninguém apenas com base no pecado original. Aliás, essa ênfase não é tão grande assim. Ela só está destacada no título do capítulo 24 do livro III,<sup>34</sup> pois na discussão do assunto, ela está contrabalançada com o soberano e imutável decreto de Deus pelo qual os ímpios são destinados para a destruição, para mostrar a sua glória. Ele declara:

Assim como Deus, pela operação eficaz de sua chamada, conduz os eleitos à salvação a que por seu eterno decreto (plano) os tem predestinado, assim também ele dispõe seus juízos contra os réprobos, pelos quais executa seu plano com relação a estes. Que dizer, então, daqueles que ele criou para desonra em vida e destruição na morte, a fim de que se tornem os instrumentos de sua ira e exemplos de sua severidade? Para que atinjam o seu fim, ele algumas vezes os priva da capacidade de ouvir a sua palavra, e em outras vezes os cega e os endurece mais com a própria pregação dela (*Institutas* 3.24.12).<sup>35</sup>

Respondendo à pergunta por que Deus concede graça sobre uns e pretere outros, ele explica:

Quanto aos primeiros, Lucas dá a razão: É porque eles "foram ordenados para a vida" (At 13.48). Quanto aos outros, que podemos pensar a não ser que "são vasos de ira para desonra" (Rm 9.21-22)? Portanto, não nos envergonhemos de dizer com Agostinho:

“Deus poderia,” diz ele, “mudar a vontade dos homens maus para o bem porque é todopoderoso. É óbvio que poderia. E por que não o faz? Porque ele não quer. Porque ele não quer é questão que repousa com ele” (*Institutas* 3.24.13).<sup>36</sup>

Outra declaração que demonstra que Calvino não está dando ênfase neste capítulo ao pecado atual como condicionante para a punição ou execução de alguém é a seguinte: “Portanto, o supremo Juiz dá lugar à sua predestinação quando deixa em cegueira aqueles que ele já uma vez condenou e privou de participação na sua luz” (*Institutas* 3.24.12).<sup>37</sup> E ainda, tratando do endurecimento do coração, prossegue:

O fato de que os réprobos não obedecem à Palavra de Deus quando lhes é pregada será de modo justo atribuído à maldade e depravação de seus corações, desde que se acrescente ao mesmo tempo que eles têm sido entregues a esta depravação porque foram suscitados pelo justo, porém inescrutável, juízo de Deus para mostrar a sua glória mediante a sua própria condenação (*Institutas* 3.24.14).<sup>38</sup>

Muito mais poderia ser citado de Calvino contra a suposta crença de que coloca o pecado consciente do não eleito como condição para Deus puni-lo. As citações apresentadas mostram que o reformador acreditava que o pecado consciente pode não ser a causa da punição, nem mesmo a sua oportunidade, mas o seu resultado. É porque o homem é reprovado, preterido, não eleito, que Deus o abandona à cegueira e à sua própria destruição. O pecado consciente, em muitos casos, vem a ser conseqüência da reprovação e parte do próprio juízo, devido à culpa original. Sendo assim, ele não pode ser condição indispensável para a punição.

c) É evidente que, no contexto em que Calvino afirma que os réprobos causam a sua própria destruição, ele está se referindo apenas aos adultos ou àqueles que já atingiram a idade da razão. Estes, certamente, constituem a grande maioria dos não salvos. Calvino trata, naquele capítulo, da regra, não da exceção da norma geral e não de um caso específico, como o dos indivíduos que morrem na infância. Tomar essa afirmação e fazer dela um princípio geral e absoluto, como faz o autor referido, não é apenas violar regras de interpretação contextual, mas atentar contra todo o sistema calvinista de doutrina. Perguntamos: se Calvino acreditasse que Deus precisa esperar que a criança não eleita pratique o primeiro pecado pessoal para, efetivamente, poder puni-la, como ele resolveria o problema dos incapazes e imbecis que nunca vão praticar uma transgressão consciente? Seriam todos eleitos por uma questão de incapacidade natural? Se Deus não pode punir uma criança apenas na base do pecado original, não pode punir igualmente o incapaz, e a eleição deixa de ser uma questão de graça, da parte de Deus. Por que Calvino nada diz sobre a impossibilidade de Deus punir os incapazes não eleitos na mesma base em que, supostamente, ele não pode punir os infantes não eleitos? A resposta é óbvia: Calvino não se refere a crianças nem a incapazes, quando afirma que os réprobos “causam” a sua própria destruição.

d) Embora não trate do assunto de maneira direta e tópica, pois apenas o aborda na discussão de temas mais controvertidos e práticos, como, por exemplo, o do batismo infantil, mesmo assim podemos inferir dos ensinamentos de Calvino que ele não diferencia entre condenação e punição, como elementos que limitem ou até determinem o propósito de Deus para com os que morrem na infância. As seguintes declarações, que Webb, sem sucesso, ao nosso ver, tentou explicar, são claras demais para comportar outro ponto de vista e falam por si só:

d1. Discorrendo sobre o modo como crianças são regeneradas, mesmo sem ter o

conhecimento do bem e do mal, ele declara:

Respondemos que a obra de Deus, embora além de nosso entendimento, não é anulada. Porque é perfeitamente claro que aquelas crianças que devem ser salvas (pois algumas são seguramente salvas desde aquela primeira idade) são previamente regeneradas pelo Senhor (*Institutas*, 4.16.17).<sup>39</sup>

d2. Escrevendo sobre a natureza do pecado original, afirma:

E por essa razão, mesmo as crianças, enquanto trazem consigo sua condenação desde o ventre materno, são culpadas não pela falta de outrem, mas pela sua própria. Pois, embora os frutos de sua iniquidade ainda não tenham aparecido, elas têm a semente encerrada dentro de si. Com efeito, toda a sua natureza é uma semente de pecado; daí poder ser apenas odiosa e abominável a Deus. Segue-se disso que é corretamente considerada pecado à vista de Deus, pois sem culpa não haveria acusação (*Institutas*, 2.1.8).<sup>40</sup>

d3. Na sua controvérsia com Pighius sobre o pecado original, Calvino discorre:

Se Pighius sustenta que o pecado original não é suficiente para lançar na perdição os homens, e que o conselho secreto de Deus não deve ser admitido, que fará ele com crianças e infantes que, antes que tenham alcançado uma idade em que possam produzir quaisquer espécimes de obras (boas ou más) são arrebatadas desta vida? Quando as condições de nascimento e morte eram iguais aos que morriam em Sodoma e em Jerusalém, e não havia diferença nas suas obras, por que Cristo, no último dia, com alguns à sua direita, separará outros à sua esquerda? Quem não adorará a maravilhosa decisão de Deus pela qual ocorre que alguns nascem em Jerusalém, de onde logo passam para uma vida melhor, enquanto Sodoma, a entrada para a região inferior, recebe outros em seu nascimento? Além disso, de nenhum modo nego que Cristo concede o galardão da justiça ao eleito, assim como o réprobo sofrerá, então, por sua impiedade e seus crimes.<sup>41</sup>

d4. Argumentando sobre o decreto da queda de Adão e de seus descendentes, declara:

Novamente pergunto: Como é que a queda de Adão envolveu irremediavelmente tantas nações (povos) juntamente com seus filhos infantes na morte eterna, a menos que tenha sido esta a vontade de Deus? (*Institutas*, 3.23.7).<sup>42</sup>

Creemos que essas citações são suficientes para evidenciar o pensamento de Calvino. Todavia, entendemos que o argumento mais forte para se supor que ele não ousaria limitar a autoridade e o direito de Deus de punir pessoas não eleitas antes de cometerem o primeiro pecado consciente deve ser encontrado, não nas suas palavras, mas no seu próprio sistema doutrinário. Seu conceito de pecado original exige aquela conclusão. Se em nenhum lugar a Bíblia afirma ou deixa entender qualquer limitação à justiça e ao poder de Deus de punir o não eleito apenas com base no pecado original, não temos o direito de supor que o "príncipe dos exegetas" pensasse dessa forma. De acordo com o sistema por ele ensinado, se Deus condenasse todos, sem exceção, à perdição eterna, ainda assim estaria no exercício da sua justiça.

Creemos que o melhor resumo ou sumário do sistema calvinista sobre o pecado original

encontra-se na *Confissão de Fé*. Nela lemos o seguinte:

I) Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo do fruto proibido... II) Por este pecado eles decaíram da sua retidão original e da comunhão com Deus, e assim se tornaram mortos em pecado e inteiramente corrompidos em todas as suas faculdades e partes do corpo e da alma. III) Sendo eles o tronco de toda a humanidade, o delito dos seus pecados foi imputado a seus filhos; e a mesma morte em pecado, bem como a sua natureza corrompida, foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles procede por geração ordinária. IV) Desta corrupção original pela qual ficamos totalmente indispostos, adversos a todo o bem e inteiramente inclinados a todo o mal, é que procedem todas as transgressões atuais. V) Esta corrupção da natureza persiste, durante esta vida, naqueles que são regenerados; e, embora seja ela perdoada e mortificada por Cristo, todavia tanto ela, como os seus impulsos, são real e propriamente pecado. VI) Todo o pecado, tanto o original como o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus e a ela contrário, torna, pela sua própria natureza, culpado o pecador e por essa culpa está ele sujeito à ira de Deus e à maldição da lei e, portanto, exposto à morte, com todas as misérias espirituais, temporais e eternas.<sup>43</sup>

Será que nessa linguagem há lugar para se supor que Deus não pode punir imediatamente o réprobo com base apenas no pecado original? De acordo com a *Confissão de Westminster*, a corrupção da natureza não apenas leva ao pecado (consciente), mas ela própria é pecado. Precisa Deus esperar que a natureza corrompida do homem pratique um ato de pecado, quando ela já é pecado em si? Calvino declarou a mesma verdade na citação já mencionada e aqui repetida:

E por essa razão, mesmo as crianças, enquanto trazem consigo sua condenação desde o ventre materno, são culpadas não pela falta de outrem, mas pela sua própria. Pois, embora os frutos de sua iniquidade ainda não tenham aparecido, elas têm a semente encerrada dentro de si. Com efeito, toda a sua natureza é uma semente de pecado; daí poder ser apenas odiosa e abominável a Deus. Segue-se disso que é corretamente considerada pecado à vista de Deus, pois sem culpa não haveria acusação (*Institutas* 2.1.8).<sup>44</sup>

E não tem Deus o direito de punir o pecado? Citamos novamente as palavras de Ezekiel Hopkins:

...Deus inflige a morte eterna sobre a sua posteridade não como uma punição pelo pecado de Adão, mas pelo seu próprio, pois o pecado de Adão foi seu; embora não cometido pessoalmente por ela, foi legal e judicialmente atribuído a ela.<sup>45</sup>

Se crianças são salvas, e cremos que muitas certamente o são, não é porque Deus não pode condená-las, caso morram antes do primeiro pecado consciente, mas porque fazem parte do livre e soberano decreto divino da eleição. Não é por causa de qualquer fator ou mérito humano, mas tão somente pela livre graça de Deus. Cremos que esta é a posição de Calvino, mas, principalmente, que é a posição da Bíblia, e ele não costumava afastar-se dela.

Conclusão

Concluindo, podemos resumir nosso estudo nos seguintes pontos:

a) As crianças que morrem na infância, se forem eleitas, são regeneradas pelo Espírito

Santo sem o uso dos meios ordinários, e salvas pelos méritos de Cristo.

b) Não podemos determinar quantas e quais são as crianças que são salvas nessa situação, pois esse conhecimento pertence exclusivamente a Deus.

c) É legítimo aos pais crentes, em virtude da promessa do Pacto (Gn 17.7), esperar que seus filhos mortos na infância sejam salvos, sem que essa esperança, todavia, possa ser assegurada como uma garantia infalível da parte de Deus.

d) Deus, na sua soberania e justiça, não precisa esperar que os réprobos cheguem à idade do discernimento e pratiquem o primeiro pecado atual para poder lançá-los na perdição eterna.

e) A salvação não depende do momento em que alguém é ceifado desta vida, nem de qualquer fator ou mérito humano, mas tão somente do livre e soberano decreto eletivo de Deus.

---

\* *O autor é ministro presbiteriano e tem os graus de mestrado em Divindade (1972) e mestrado em Teologia (AT, 1974) pelo Faith Theological Seminary, em Filadélfia, e de mestrado em Teologia (NT) pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição (1984). É professor assistente de Novo Testamento no Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e também leciona no Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição, em São Paulo.*

<sup>1</sup> Ver C. Hodge, *Systematic Theology* (Grand Rapids: Eerdmans, 1970), Vol. I, 26-27; A.A. Hodge, *Confissão de Fé de Westminster*, 1ª ed. (São Paulo: Os Puritanos, 1999), 239; J.O. Buswell, *A Systematic Theology of. the Christian Religion* (1972), Vol. II, 161-62.

<sup>2</sup> *Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana*, 7ª ed. (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980), 7. A citação foi, assim como outras, retirada das edições mais recentes em português.

<sup>3</sup> Os que quiserem conhecer mais sobre a história dessa doutrina poderão encontrar um resumo no artigo de B.B. Warfield "The Development of the Doctrine of Infant Salvation," em *Studies in Theology* (Grand Rapids: Baker, 1991), 411-444, e um tratamento mais longo sobre as várias correntes de pensamento acerca do assunto é dado por R.A. Webb em *The Theology of Infant Salvation*, reeditado por Sprinkle Publications, em 1981.

<sup>4</sup> Ezekiel Hopkins, *The Works of. Ezekiel Hopkins* (Filadélfia: Leighton Publications, 1874), Vol. II, 176.

<sup>5</sup> *Ibid.*, 177.

<sup>6</sup> Para uma discussão mais profunda deste assunto, ver o livro *Por Quem Cristo Morreu?*, de John Owen, publicado por Publicações Evangélicas Seleccionadas, de São Paulo.

<sup>7</sup> Ver Edição Revista e Corrigida.

<sup>8</sup> Ver Edição Revista e Atualizada..

<sup>9</sup> Ver verbete "Infant Salvation," em *Cyclopaedia of Biblical, Theological and Ecclesiastical Literature*, ed. J. M'Clintock e J. Strong (Nova York: Harper & Brothers, 1883), Vol. IV, 578.

<sup>10</sup> Cap. X, Seção 3, edição de 1991, da Casa Editora Presbiteriana. Edições mais antigas tinham como texto o seguinte: "As crianças que morrem na infância, sendo eleitas, são regeneradas e por Cristo salvas, por meio do Espírito, que opera quando, onde e como quer. Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas incapazes de serem exteriormente chamadas pelo ministério da palavra." O texto atual é mais claro e mais fiel ao original.

<sup>11</sup> A. A. Hodge, *Confissão de Fé de Westminster*, 230-240 (itálicos do autor).

<sup>12</sup> Ver R.A. Webb, *The Theology of Infant Salvation* (Harrisonburg: Sprinkle Publications, 1981), 306.

<sup>13</sup> Ver Atas da Assembléia Geral de 1900, p. 614, citadas por Webb, *Theology of Infant Salvation*, 307.

<sup>14</sup> Ver Atas da Assembléia Geral de 1901, p. 59, *ibid.*

<sup>15</sup> Ver Atas da Assembléia Geral de 1902, p. 265, *ibid.*, 307-308.

<sup>16</sup> A nota diz "Em referência ao Capítulo X, Seção 3, da *Confissão de Fé*, não se deve pensar, por causa da linguagem ali empregada, que os que morrem na infância se percam. Cremos que todos esses estão incluídos na eleição da graça e são regenerados e salvos por Cristo, mediante o Espírito que opera quando, onde e como quer." O texto em inglês é ainda mais enfático, pois diz "qualquer que morra na infância" e não "os que morrem na infância." Ver *The Constitution of the Presbyterian Church in the United States of America* (Filadélfia: Board of Christian Education of the Presbyterian Church in the U.S.A., 1956), 90.

<sup>17</sup> G.I. Williamson, *The Westminster Confession of Faith for Study Classes* (Filadélfia: Presbyterian and Reformed Publishing Co., 1964), 91.

<sup>18</sup> *Ibid.*, 91-92.

<sup>19</sup> *Westminster Confession of Faith* (Lochcarron, Ross-shire: The Publications Committee of Free Presbyterian Church of Scotland, 1976), 55.

<sup>20</sup> Ver nota 8.

<sup>21</sup> *Ibid.*

<sup>22</sup> Felizmente essa nota já foi retirada de nossa edição em português, pois não está de

acordo com o teor da Confissão.

<sup>23</sup> *Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana*, 7ª edição (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1980), p. 7 da Introdução.

<sup>24</sup> Clericus, citado por C.F. Keil e F. Delitzsch em *Commentary on the Old Testament* (Grand Rapids: Eerdmans, 1973), Vol. 2 (2 volumes em 1), 393.

<sup>25</sup> O. von Gerlach, citado por C.F. Keil e F. Delitzsch, *Commentary on the Old Testament*, 393.

<sup>26</sup> O Art. XVII dos Cânones de Dort, referindo-se aos filhos de crentes que morrem na infância, afirma: "Devemos julgar a respeito da vontade de Deus com base na sua Palavra. Ela testifica que os filhos de crentes são santos, não por natureza mas em virtude da aliança da graça, na qual estão incluídos com seus pais. Por isso os pais que temem a Deus não devem ter dúvida da eleição e salvação de seus filhos, que Deus chama desta vida ainda na infância" (<http://www.ipb.org.br/download/candort.doc>). As promessas do Pacto, todavia, não se limitam aos filhos que morrem na infância. Elas servem de conforto nesta situação, mas não se limitam apenas a ela.

<sup>27</sup> Ver *A Greek-English Lexicon of the New Testament*, de W. Bauer, trans. e eds. W.F. Arndt e F.W. Gingrich, (Chicago: The University of Chicago Press, 1973), 828-29.

<sup>28</sup> João Calvino, *Commentary on A Harmony of the Evangelists, Matthew, Mark, and Luke*, 1ª ed. (Grand Rapids: Baker), Vol. II, 391.

<sup>29</sup> R.A. Webb, em *Calvin Memorial Addresses* (Richmond: Presbyterian Committee of Publication, 1909), 107-126.

<sup>30</sup> *Ibid.*, 110-11.

<sup>31</sup> *Ibid.*, 111.

<sup>32</sup> O termo aqui é usado no sentido de "fazer por merecer", "produzir por esforço próprio."

<sup>33</sup> Webb, em *Calvin Memorial Addresses*, 122-23.

<sup>34</sup> O título, conforme a tradução de Waldyr Carvalho Luz é: "A eleição é confirmada pela vocação de Deus, mas os réprobos para si engendram a justa perdição a que foram destinados." *As Institutas* (São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1989), Vol. III, 427.

<sup>35</sup> João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*, ed. J.T. McNeill, trad.. F.L. Battles (Filadélfia: Westminster Press, 1967), Vol. II, 978.

<sup>36</sup> *Ibid.*, 979.

<sup>37</sup> *Ibid.*

<sup>38</sup> *Ibid.*, 981

<sup>39</sup> *Ibid.*, Vol. II, 1340.

<sup>40</sup> *Ibid.*, Vol. I, 251.

<sup>41</sup> João Calvino, em *De Aeterna Dei Predestinatione*, Tomo VIII, citado por R.A. Webb em *Calvin Memorial Adresses*, 117-18.

<sup>42</sup> João Calvino, *Institutes*, Vol. II, 955. É nesse lugar que Calvino pronuncia a expressão que se tornou famosa, chamando o decreto da reprovação de "terrível decreto."

<sup>43</sup> *Confissão de Fé de Westminster*, Capítulo VI.

<sup>44</sup> João Calvino, *Institutes*, Vol. I, 251.

<sup>45</sup> Ver nota 4.